



TERMO DE REFERÊNCIA
(Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021)
Serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Reprografia colorida, em papel sulfite A4, 75 g/m² (mínimo) para aplicação de larga escala – Avalia Rede no âmbito da rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação., na modalidade **Dispensa de Licitação**, conforme condições, quantidades e estimativas estabelecidas neste documento.

1.2. A presente contratação se enquadra na classificação de bens/serviços comuns, conforme o Decreto Municipal nº 7074/2023, que regulamenta o disposto no art. 20, da Lei Federal nº 14.133/2021, a qual regulamenta o enquadramento dos bens/serviços comuns nas categorias de qualidade comum e não de luxo.

1.3. O quadro descritivo dos itens, quantidades e valor estimado da contratação, encontram-se em tópicos específicos, especialmente no **ITEM 6**, deste instrumento.

1.4. A contratação será realizada por meio de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme Art. 75, inciso II, da Lei Federal Nº 14.133/21.

1.5. O prazo da prestação de serviço inicia-se a partir da comunicação, através da Ordem de Serviço, após a assinatura da Nota de Empenho, devendo esta entrega ocorrer, conforme necessidade da Secretaria de Educação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da solicitação, no local e horário informados. Os demais requisitos a respeito da Execução do objeto, serão tratados em tópico específico deste Termo.

1.6. A contratação pretendida encontra-se inserta no Plano de Contratações Anual do Município de Cabo Frio, Item 449, estando assim, alinhada com o planejamento desta Administração.



1.7. Conforme Instrução Normativa nº 01/2023, em caso de previsão do objeto no Plano de Contratações Anual do Município, desnecessária se faz a comprovação de indicação de dotação orçamentária.

2. ÓRGÃO SOLICITANTE

2.1. Secretaria Municipal de Educação por meio da Superintendência Pedagógica - SUPED.

2.1.1. Supervisão de Recomposição das Aprendizagens

3. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O acesso de todas as crianças e jovens à escola de qualidade é um direito fundamental do cidadão garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ratificada pela Lei Federal 9394/1996, a Lei de Diretrizes Bases da Educação – LDB, que para tanto, requer uma série de elementos estruturais, para a construção e manutenção de um ambiente escolar atuante, adequado e contínuo.

3.2. A presente contratação decorre da necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Cabo Frio/RJ de garantir a adequada execução da Avalia Rede – Etapa 1, instrumento de avaliação diagnóstica e de monitoramento da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino, direcionado aos alunos do 1º, 2º e 5º anos dos Anos Iniciais e 6º e 9º anos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, conforme previsto na Resolução nº 008/2024 da Secretaria Municipal de Educação. A aplicação das avaliações exige a impressão de aproximadamente 151.634 cópias de provas contendo: para o 1º e 2º anos, 6 páginas por componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática), totalizando 12 páginas por aluno; para o 5º ano, 6 páginas para Língua Portuguesa e 5 páginas para Matemática, totalizando 11 páginas por aluno; para o 6º ano, 5 páginas para Língua Portuguesa e 4 páginas para Matemática, totalizando 9 páginas por aluno; e para o 9º ano



6 páginas para Língua Portuguesa e 4 páginas para Matemática, totalizando 10 páginas por aluno. As avaliações são impressos frente e verso, exceto a capa cuja impressão é apenas frente, com impressão colorida - 4x4, em todas as páginas, estruturados com base nas competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além das avaliações, deverão ser impressos 3.600 cópias de caderno do aplicador da avaliação – Avalia Rede, contendo 6 páginas por componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática), para cada professor aplicador, totalizando 12 páginas por aplicador, no 1º e no 2º ano de escolaridade. O Caderno do Aplicador é impressos frente e verso, exceto a capa cuja impressão é apenas frente, colorido - 4x4, em todas as páginas.

3.3.A contratação das 3.600 cópias dos cadernos do aplicador faz-se necessária para subsidiar a atuação dos professores aplicadores durante a aplicação das avaliações aos alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, considerando que esses estudantes ainda não possuem pleno domínio da leitura e da linguagem escrita. Assim, o material permitirá que os aplicadores realizem a leitura e a orientação dos enunciados das questões de forma adequada, assegurando a correta compreensão das atividades pelos alunos e a efetividade do processo avaliativo.

3.4.A ausência da contratação comprometerá diretamente a execução da política pública municipal de avaliação educacional, inviabilizando o diagnóstico do nível de aprendizagem dos estudantes da rede pública municipal. Tal situação impactaria negativamente o planejamento pedagógico das unidades escolares, a definição de estratégias de recuperação e reforço escolar, bem como o acompanhamento da evolução do desempenho acadêmico dos alunos. Além disso, a não realização da avaliação prejudicaria a obtenção de dados essenciais para subsidiar a tomada de decisões da gestão educacional, afetando a implementação de ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino e à preparação dos estudantes para avaliações externas, especialmente o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).



3.5. A contratação pretendida atende ao interesse público ao assegurar a continuidade das ações de monitoramento e avaliação da aprendizagem no âmbito da Rede Municipal de Ensino, permitindo à Administração Pública identificar avanços, lacunas e necessidades específicas do processo educacional. Os resultados obtidos por meio da aplicação das avaliações contribuirão para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, para a formulação de políticas educacionais mais eficientes e para a elevação dos indicadores de desempenho da educação municipal. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para garantir a efetividade das ações educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com os princípios da eficiência, do planejamento e da busca pelo interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.6. Nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a presente descrição evidencia a necessidade da contratação sob a perspectiva do interesse público, demonstrando de forma objetiva a relação entre a demanda administrativa existente e a solução pretendida, considerando os impactos institucionais, pedagógicos e sociais decorrentes da execução da contratação.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. São requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

4.2. Cumprimento integral das disposições do instrumento convocatório da contratação, bem como observância da legislação federal, estadual e municipal aplicável, além das normas e regulamentos vigentes correlatos;

4.3. Comprometimento com a minimização dos impactos ambientais adversos e com a preservação do meio ambiente natural e construído;

4.4. Responsabilidade no uso de materiais e insumos devidamente certificados, que não apresentem riscos ou danos à saúde das pessoas, dos animais, ao meio ambiente ou ao patrimônio;



4.5. Observância rigorosa das normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à saúde ocupacional e à segurança do trabalho;

4.6. Estabelecimento de requisitos que assegurem a ampla competitividade, evitando restrições indevidas e prevenindo a dependência da Unidade Requisitante em relação aos CONTRATADOS;

4.7. Garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório;

4.8. A contratação deverá obedecer à identidade visual específica da Avalia Rede, de forma a garantir a eficiência, a padronização e a qualidade necessárias à prestação do serviço gráfico para impressão dos materiais de avaliação e caderno do aplicador, destinados aos estudantes da Rede Municipal de Cabo Frio, com as características descritas a seguir:

4.8.1. Qualidade da Impressão: Os materiais impressos deverão apresentar alta qualidade gráfica, com nitidez, boa definição de imagens, textos legíveis e cores fiéis ao layout original, sempre que solicitado. Deverá ser utilizado papel de gramatura adequada para garantir a durabilidade dos documentos;

4.8.2. Padrão de Acabamento: Os acabamentos dos materiais devem assegurar resistência ao manuseio, com cortes, dobras (sempre que necessário) e grampeamentos conforme o tipo de material, preservando a integridade física dos documentos durante o uso;

4.8.3. Padronização Visual: Os materiais devem obedecer à identidade visual do Programa Avalia Rede, garantindo uniformidade entre as avaliações aplicadas em todas as unidades escolares;

4.8.4. Capacidade de Produção em Larga Escala: A empresa contratada deve possuir estrutura produtiva adequada para atender demandas em grande volume dentro dos prazos estipulados, assegurando a entrega em tempo hábil, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação;



4.8.5. Logística de Entrega: O material deverá ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua José Paes De Abreu, 831 – Jardim Flamboyant – Cabo Frio/RJ, CEP: 28905-020, nos horários de 08h às 15h, sempre acompanhada no ato da entrega pelo servidor designado, sob conferência de servidor da Secretaria Municipal de Educação;

4.8.6. Sigilo e Segurança da Informação: A contratada deverá garantir o sigilo dos conteúdos avaliativos, evitando qualquer forma de divulgação, vazamento ou uso indevido das avaliações antes de sua aplicação;

4.8.7. Cumprimento dos Prazos: A contratada deve cumprir rigorosamente os prazos definidos em contrato para produção, organização e entrega dos materiais, considerando os períodos programados de aplicação das avaliações;

4.8.8. Atendimento a Normas Legais e Contratuais: A empresa deverá observar todas as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como demais legislações aplicáveis, inclusive normas trabalhistas, ambientais e de segurança na execução dos serviços contratados.

5. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

5.1. DISPENSA DE LICITAÇÃO.

5.1.1. A contratação será realizada por meio de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.1.1.1. Enquadramento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal Nº 14.133/2021.



6. DO MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO DO OBJETO

6.1. Quadro Descritivo:

Item	Objeto	Descrição Técnica	Un.	Quant. Páginas
01	Avaliação - Avalia Rede (para os alunos dos 1º, 2º, 5º, 6º e 9º anos de escolaridade do Ensino Fundamental) Obs: Modelo da capa – ANEXO 1	Papel sulfite A4, 75g, impressão colorida 4x4 em todas as páginas, frente e verso (exceto a capa), grampeado, contendo: para o 1º e 2º anos, 6 páginas por componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática), totalizando 12 páginas por aluno; para o 5º ano, 6 páginas para Língua Portuguesa e 5 páginas para Matemática, totalizando 11 páginas por aluno; para o 6º ano, 5 páginas para Língua Portuguesa e 4 páginas para Matemática, totalizando 9 páginas por aluno; e para o 9º ano 6 páginas para Língua Portuguesa e 4 páginas para Matemática, totalizando 10 páginas por aluno.	Und.	151.634
02	Caderno do Aplicador (para professores aplicadores dos 1º e 2º anos) Obs: Modelo da capa – ANEXO 2	Papel sulfite A4, 75g, impressão colorida 4x4 em todas as páginas, frente e verso (exceto a capa), grampeado, contendo 6 páginas por componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática), para cada professor aplicador, totalizando 12 páginas por aplicador, no 1º e no 2º ano de escolaridade.	Unid.	3.600

6.2. Itens e quantitativos (ANEXO 3):

AVALIAÇÕES	CADERNO DO ALUNO	TOTAL DE PÁGINAS
TOTAL DE AVALIAÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA - 1º ANO	3238	19428
TOTAL DE AVALIAÇÕES DE MATEMÁTICA - 1º ANO	3238	19428
TOTAL DE AVALIAÇÕES DO 1º ANO	6476	38856
TOTAL DE AVALIAÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA - 2º ANO	3041	18246
TOTAL DE AVALIAÇÕES DE MATEMÁTICA - 2º ANO	3041	18246
TOTAL DE AVALIAÇÕES DO 2º ANO	6.082	36.492



TOTAL DE AVALIAÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA - 5º ANO	2776	16656
TOTAL DE AVALIAÇÃO DE MATEMÁTICA - 5º ANO	2776	13880
TOTAL DE AVALIAÇÕES DO 5º ANO	5.552	30.536
TOTAL DE AVALIAÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA - 6º ANO:	2960	14800
TOTAL DE AVALIAÇÕES DE MATEMÁTICA - 6º ANO:	2960	11840
TOTAL DE AVALIAÇÕES DO 6º ANO:	5.920	26.640
TOTAL DE AVALIAÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA - 9º ANO:	1911	11466
TOTAL DE AVALIAÇÕES DE MATEMÁTICA - 9º ANO:	1911	7644
TOTAL DE AVALIAÇÕES DO 9º ANO:	3.822	19.110

CADERNO DO APLICADOR	UNIDADES	TOTAL DE PÁGINAS
TOTAL DE AVALIAÇÕES DO 1º ANO	330	1980
TOTAL DE AVALIAÇÕES DO 2º ANO	270	1620
TOTAL GERAL DE AVALIAÇÕES	600	3.600

Item		UNIDADES	TOTAL DE PÁGINAS
01	CADERNO DO ALUNO - 1º ANO	6476	38856
	CADERNO DO ALUNO - 2º ANO	608	36492
	CADERNO DO ALUNO - 5º ANO	5552	30536
	CADERNO DO ALUNO - 6º ANO	5920	26640
	CADERNO DO ALUNO - 9º ANO	3822	19110
Total do Item 01		27.852	151.634
02	CADERNO DO APLICADOR	600	3600
	TOTAL GERAL	28.452	155.234



7. DO VALOR E PROPOSTA

7.1. Vale ressaltar que a pesquisa válida, e em cumprimento a IN CGM nº 10/2022, será realizada pela Secretaria Adjunta de Compras e Licitações (ADCL).

7.2. A proposta deverá ser digitada, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e deverá conter os seguintes elementos:

7.2.1. indicar CNPJ, e-mail, endereço e telefone de contato;

7.2.2. especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado, já inclusa todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2.3. declarar expressamente a concordância com as condições constantes no Termo de Referência, e do Edital.

7.3. Garantia de Proposta:

7.3.1. Será exigida garantia de proposta no valor de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, a ser apresentada no momento da entrega da proposta, como requisito de pré-habilitação, conforme art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. A garantia poderá ser prestada nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme art. 96, §1º da mesma lei.

7.3.3. A garantia será devolvida no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato ou da declaração de fracasso da licitação. A recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos necessários para a contratação implicará na execução integral da garantia de proposta.



8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. São requisitos a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

8.1.1. Cumprimento integral das disposições do instrumento convocatório da contratação, bem como observância da legislação federal, estadual e municipal aplicável, além das normas e regulamentos vigentes correlatos;

8.1.2. Comprometimento com a minimização dos impactos ambientais adversos e com a preservação do meio ambiente natural e construído;

8.1.3. Garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

8.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

8.3. A CONTRATADA é obrigada a prestar informações sobre o andamento do mesmo, e, caso, ocorra imprevistos, deverá notificar de imediato a Secretaria Municipal de Educação sobre o fato, assim como as devidas medidas que serão tomadas visando à normalização da entrega dos materiais;

8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.5. Conteúdo da Avaliação

8.5.1. O conteúdo detalhado da avaliação será disponibilizado à Contratada pela Superintendência Pedagógica da SEME, por meio de correio eletrônico institucional.

8.6. Especificação do Material



8.6.1.O material das avaliações deverá ser fornecido com as especificações abaixo:

8.6.1.1. **Tipo de papel:** Papel sulfite formato A4 (210 x 297 mm);

8.6.1.2. **Gramatura:** 75 g/m²;

8.6.1.3. **Tipo de impressão:** Policromia (colorida) 4X4 (impressão em cores em ambas as faces);

8.6.1.4. **Modo de impressão:** Frente e verso (duplex), exceto a capa, que deverá ser impressa apenas na frente;

8.6.1.5. **Acabamento:** Conjunto de páginas grampeado (com grampos metálicos).

9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A proposta da CONTRATADA deverá atender integralmente as especificações contidas neste Termo de Referência.

9.2. O fornecedor será selecionado por meio de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com julgamento por menor global, conforme Art. 75, inciso II, da Lei Federal Nº 14.133/21.

9.3.A adoção dessa modalidade justifica-se pela demanda caracteriza-se como serviço comum, amplamente disponível no mercado, o que possibilita a contratação por meio simplificado.

9.4.Adicionalmente, o quantitativo e o valor estimado da contratação enquadram-se nos limites legais estabelecidos para a dispensa de licitação, conforme previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta para serviços e compras de pequeno valor, desde que atendidos os requisitos legais.

9.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;



- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

9.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.13. Da Habilidade Jurídica:

9.13.1. Cédula de Identidade do responsável Legal.

9.13.2. Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:



9.13.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

9.13.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

9.13.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

9.13.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.13.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de **empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País**, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13.3. Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

9.13.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

9.14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.14.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos



os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.14.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.14.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

9.14.6. Certidão de Regularidade da **Fazenda Municipal**, da sede do proponente;

9.14.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.14.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



9.15. Das Declarações:

9.15.1. Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio-RJ, em cumprimento aos requisitos **do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21.**

9.15.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.**

9.15.3. Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos, na forma do **artigo 63, IV, da Lei nº 14.133/21.**

9.16. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Termo de Referência pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

9.17. Sem prejuízo dos requisitos minuciosamente especificados nos itens anteriores, o fornecedor deverá atentar para as disposições contidas nos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo vedado alegar desconhecimento dos critérios estabelecidos para o fiel cumprimento das obrigações previstas.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Documentos poderão ser solicitados referente verificação de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional, a depender do interesse da administração pública, em conformidade com o disposto no Art. 67 e seus incisos da Lei Federal nº 14.133:

10.1.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devendo comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado, ou com o item pertinente, onde se atesta que a empresa executou, de forma satisfatória, fornecimento de natureza semelhante, com complexidade operacional ao objeto desta licitação.



10.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 06 (seis) meses do início de sua execução.

10.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se a SEME de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinente.

11. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias.

11.2. O material deverá ser entregue na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua José Paes De Abreu, 831 – Jardim Flamboyant – Cabo Frio/RJ, CEP: 28905-020, nos horários de 08h às 15h, sempre acompanhada no ato da entrega pelo servidor designado, sob conferência de servidor da Secretaria Municipal de Educação.

11.3. O serviço deverá ser executado em conformidade ao estabelecido no item “7. DO VALOR E PROPOSTA”;

11.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar um canal de contato, pelo tempo em que durar a vigência da contratação, seja através de número telefônico e/ou e-mail e/ou outro meio de comunicação, conforme acordado entre CONTRATADA e representante (s) da Administração indicado (s).

11.5. O conteúdo detalhado da avaliação será disponibilizado à Contratada pela Superintendência Pedagógica da SEME, por meio de correio eletrônico institucional.

11.6. O prazo da entrega dos materiais inicia-se a partir da comunicação, através da Ordem de Fornecimento, após a assinatura da Nota de Empenho, devendo esta entrega ocorrer,



conforme as necessidades da Secretaria de Educação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da solicitação, no local e horário informados;

11.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e na proposta;

11.8. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

11.9. Os materiais serão recebidos **definitivamente** no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Forma de Pagamento:

12.1.1. O pagamento será realizado, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

12.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.2. Prazo de Pagamento:

12.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal.

12.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.



14.2.3 No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

12.3. Condições de Pagamento:

12.3.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

12.3.2. As Notas Fiscais devem ser discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestada por 02 (dois) servidores designados pelo setor competente, demonstrando que os bens foram entregues conforme pactuado, em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO, CNPJ: 28.549.483/0001-05.**

12.3.3. Quando houver glosa parcial do objeto, à CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita nota fiscal com o valor exato dimensionado.

12.3.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação não acarretando qualquer ônus para a contratante.



12.4. Critérios de Reajuste:

12.4.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano.

12.4.2. Após o decurso desse prazo, admite-se o reajuste, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme o disposto no art. 92, §3º, da Lei 14.133/21.

12.4.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização da contratação decorrente do termo de referência caberá a servidor indicado em tempo hábil pela CONTRATANTE, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 6.941/2022.

13.2. São atividades inerentes à fiscalização do contrato:

13.3. Responder a eventuais esclarecimentos técnicos dos licitantes;

13.4. Após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do Contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes;

13.5. Certificar-se de obter informações completas de contato sobre o preposto da empresa e seu substituto, assim como as tabelas de publicação vigentes nos respectivos periódicos e seus horários de fechamento para envio de publicações;

13.6. Manter livro ou registro onde anotar todas as ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades;

13.7. Apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;



13.8. Notificar por escrito ao Gestor sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da CONTRATADA);

13.9. Atestar as Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA (verificando seu correto preenchimento), após o adimplemento da obrigação no período em referência;

13.10. Ficam reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação da contratação;

13.11. As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;

13.12. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Administração Pública dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

14.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.



14.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

14.4. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução do serviço, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, à exigência de condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.6. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

14.7. Aplicar a CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

14.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

14.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

14.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



15.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.1.1. Entregar o objeto em conformidade com as especificações e quantidades deste instrumento.

15.1.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas demandas deverão ser atendidas em até 24 (vinte e quatro) horas.

15.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.1.4. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

15.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado pelo contratante, os bens / serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

15.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

15.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá enviar a CONTRATANTE os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da



União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a CONTRATANTE.

15.1.9. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.1.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

15.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

15.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE. Também deverá a



CONTRATADA, atender os normativos, legais, infralegais ou técnicos que regem o objeto pretendido, sem prejuízo de outros.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

17.1. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

17.1.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;

17.1.2. A veiculação de publicidade acerca do, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

17.1.3. A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

17.1.4. Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

17.1.5. Interromper a execução dos serviços sob alegação de impedimento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17.1.6. O objeto da licitação não demanda alta especialização técnica ou complexidade. Assim sendo, não é permitida a participação de consórcios, com base na análise de que a participação isolada de empresas é suficiente para atender a singularidade do objeto licitado.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



18.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Conforme disposto no Decreto Municipal Nº 7074/23, art. 131 parágrafo único, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas todas as sanções cabíveis desde o Art. 156 da Lei 14.133/21, subsidiariamente a todas as regras de sanção da Legislação vigente e conforme exposto abaixo:

18.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).

18.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato ou instrumento de



igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).

18.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato ou instrumento de igual teor, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

18.2.4. Multa:

- 1) moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2) compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

18.4. Todas as sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, lei nº 14133/21).

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, lei nº 14.133/21).

18.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, lei nº 14.133/21).

18.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, lei nº 14133/21).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.11. A inexecução do objeto deste TR, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 137, 138, 139 e 155 da Lei 14.133/21, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.

18.12. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.13. A rescisão administrativa ou amigável será procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

19. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

19.1. Não será necessária adoção de providências prévias para adequação do ambiente físico da Secretaria Municipal de Educação para execução do objeto pretendido.

19.2. Os serviços gráficos serão executados nas dependências da empresa contratada, cabendo à SEME apenas o recebimento, conferência e armazenamento dos materiais, atividades estas já compatíveis com a estrutura existente.

20. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

20.1. Nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual será dispensada, tendo em vista que a contratação será formalizada por dispensa de eletrônica – Contratação Direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da mesma Lei. Tal condição reduz significativamente os riscos de inadimplemento contratual Dispensa Eletrônica – Contratação Direta.



21. DA INVERSÃO DE FASES

21.1. Considerando que a contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a adoção do procedimento de inversão de fases não se mostra aplicável. Isso porque, na dispensa, não existe fase competitiva formal, sendo a seleção do fornecedor realizada com base na análise da proposta apresentada e na verificação do atendimento aos requisitos técnicos, jurídicos e econômicos previamente definidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

22. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

22.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que:

22.1.1. O objeto não apresenta elevada complexidade técnica;

22.1.2. Trata-se de fornecimento de bem comum;

22.1.3. O mercado dispõe de número suficiente de empresas aptas a executar o objeto de forma individual;

22.1.4. A vedação fundamenta-se no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com o entendimento dos órgãos de controle, em especial o TCE/RJ.

23. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRAUAL

23.1. A inexecução do objeto deste Termo de Referência, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.

23.2. A rescisão unilateral do CONTRATO poderá ser determinada pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 138, inciso I da Lei nº 14.133/2021, com as consequências elencadas no art. 139 do referido diploma legal e sem prejuízo das demais sanções impostas pela lei e por esse Termo de Referência.



23.3. Constituem motivo para rescisão do CONTRATO, todos os Incisos constantes do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

23.4. Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

23.5. A rescisão consensual será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

23.6. A rescisão determinada por ato unilateral e escrita pela Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a IV, VI, VII e IX do Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, acarreta as consequências previstas nos Incisos II e V e parágrafo 2º do Art. 156, do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas; nos casos previstos nos Incisos V e VIII do Art. 137, será observado o disposto no § 2º do Art. 138.

23.7. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 ensejará a rescisão do Contrato a ser firmado com a CONTRATADA.

23.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.9. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

23.10. A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a V do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, acarreta as consequências previstas no art. 156 do mesmo dispositivo legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

24. DA EXCLUSIVIDADE DE ME/EPP

24.1. Nos termos do art. 48, III, da Lei Complementar n. 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014), a Administração deverá:



I – Realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresa e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - Estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

24.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

24.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

24.4. A fixação das cotas reservadas poderá ser justificadamente excepcionada nas hipóteses do art. 47, da Lei Complementar 123/2006, quando:

I - Não houver o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

IV – A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos do arts. 74 e 75 da lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 59.

24.5. Considera-se “não vantajosa a contratação” quando:

I - Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação do benefício (Decreto Federal nº 8.538, de 2015, art. 10, parágrafo único).



25. DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

25.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Considerando as características do objeto, a opção que melhor atende a SEME é o não parcelamento do objeto, diante do ganho de escala, definindo assim o não parcelamento da solução;

26. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal da Educação. A dotação será informada posteriormente à pesquisa de preço que será efetivada pela Secretaria Adjunta de Licitação – ADCL e virá anexada a este documento.

26.2. Conforme Decreto Municipal Nº 7074/23, Art. 185, § 2º “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentaria ou qualquer outra informação da origem dos recursos orçamentários, que somente serão exigidos para formalização do contrato ou instrumento hábil”.

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. É vedada a subcontratação do objeto. O objeto do contrato deverá ser executado integralmente pela própria CONTRATADA, que será a única responsável pela execução das atividades.

27.2. A vedação à subcontratação se justifica pela natureza do serviço, que, por se tratar de uma contratação direta com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, exige a execução direta pela entidade especializada contratada. Essa medida visa mitigar riscos trabalhistas e administrativos, garantindo maior segurança jurídica e operacional à Administração e o controle direto da qualidade e padronização dos serviços.



28. DAS CONTRATAÇÃO CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

28.1. O presente Estudo Técnico oferece subsídios para contratação e não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias à execução do objeto. A prestação de serviços gráficos poderá ser realizada de forma autônoma, sem dependência de outros contratos ou aquisições complementares.

29. DOS CASOS OMISSOS

29.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei nº13.979/2020, na Lei Federal nº 14.133, de 21 de abril de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

30. SUSTENTABILIDADE

30.1. Segundo o artigo 5º da Lei nº 14.133, de 2021, Licitação Sustentável é aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

30.2. Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável é o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens e contratações de serviços.

30.3. A preservação do meio ambiente constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social, quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações;




31. DAS ALTERAÇÕES

- 31.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

32. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 32.1. À contratação relativa ao presente Termo de Referência aplicam-se ainda as seguintes disposições:
- 32.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 138, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 32.3. As partes ficam vinculadas aos termos deste Termo de Referência, seus eventuais anexos e à proposta da CONTRATADA;
- 32.4. A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

33. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Solicitante	Função	Portaria	Rubrica
Vanderlucé Santos Machado Faria	Superintendente Pedagógica	879 de 27/01/2025	 Documento assinado digitalmente VANDERLUCÉ SANTOS MACHADO FARIA Data: 08/06/2026 09:40:00-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Elaboradora do Termo de Referência	Função	Matrícula	Rubrica
Isabelle de Azevedo Lopes	Superintendente de Licitações e Contratos	990035719	 Documento assinado digitalmente ISABELLE DE AZEVEDO LOPES Data: 08/06/2026 09:17:40-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Controle Orçamentário	Função	Portaria	Rubrica



Orleans Silva Portugal	Superintendente Financeiro	3780 de 17/09/2025	Documento assinado digitalmente gov.br ORLEANS SILVA PORTUGAL Data: 08/06/2026 10:13:32-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Revisor Final	Função	Portaria	Rubrica
Roberta Magalhães Antunes	Secretária Adjunta de Gestão Administrativa	3776 de 17/09/2025	Documento assinado digitalmente gov.br ROBERTA MAGALHAES ANTUNES Data: 08/06/2026 09:59:14-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

ANEXOS:

Anexos 1 – Modelo Capa de Avaliações

Anexo 2 – Modelo capa do caderno do aplicador

Anexo 3 – Quantitativo de avaliações por turma

34. DA AUTORIZAÇÃO

34.1. Autorizo o prosseguimento com o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda da Administração Pública e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública;

34.2. Nos casos em que couber, deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 6.845 de 12 de maio de 2022, no qual tange a retenção de tributos no pagamento de fornecedores.

Cabo Frio, 08 de junho de 2026

Documento assinado digitalmente
gov.br ALESSANDRO DA VEIGA TEIXEIRA KNAUFT
Data: 08/06/2026 10:20:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALESSANDRO DA VEIGA TEIXEIRA KNAUFT
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 3520 – 18/08/2025



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SECRETARIA MUNICIPAL GOVERNO

SECRETARIA ADJUNTA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

DISPENSA ELETRÔNICA Nº0011/2026

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO TÉCNICA	QTD PÁGINAS	VALOR TOTAL
01	Avaliação - Avalia Rede (para os alunos dos 1º, 2º, 5º, 6º e 9º anos de escolaridade do Ensino Fundamental) Obs: Modelo da capa – ANEXO	Papel sulfite A4, 75g, impressão colorida 4x4 em todas as páginas, frente e verso (exceto a capa), grampeado, contendo: para o 1º e 2º anos, 6 páginas por componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática), totalizando 12 páginas por aluno; para o 5º ano, 6 páginas para Língua Portuguesa e 5 páginas para Matemática, totalizando 11 páginas por aluno; para o 6º ano, 5 páginas para Língua Portuguesa e 4 páginas para Matemática, totalizando 9 páginas por aluno; e para o 9º ano 6 páginas para Língua Portuguesa e 4 páginas para Matemática, totalizando 10 páginas por aluno.	151.634	R\$57.436,58
02	Caderno do Aplicador (para professores aplicadores dos 1º e 2º anos) Obs: Modelo da capa – ANEXO 2	Papel sulfite A4, 75g, impressão colorida 4x4 em todas as páginas, frente e verso (exceto a capa), grampeado, contendo 6 páginas por componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática), para cada professor aplicador, totalizando 12 páginas por aplicador, no 1º e no 2º ano de escolaridade	3.600	

Valor Total Estimado: R\$57.436,58 (Cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos).